Genocídio brasileiro

Os trabalhos apresentados na IX Conferência Nacional de Saúde, que se encerra amanhã, aqui em Brasília, tinham como objetivo discutir as profundas e urgentes mudanças no setor que devem ser levadas em conta durante a revisão constitucional no próximo ano. Mas o que se viu, na sucessão dos depoimentos, foi a pintura de um mural dantesco. O setor de saúde pública no Brasil está agonizando. Os que não têm recursos próprios para buscar um tratamento — ou seja, a esmagadora maioria do povo brasileiro — precisam se submeter ao sistema público de saúde, caótico, sucateado, à beira do colapso total.

Entre as muitas informações bombásticas divulgadas no encontro, destacam-se a que aponta a esterilização de cerca de 44 por cento das mulheres brasileiras e a que menciona a alteração da fórmula de certos medicamentos sem que seus nomes sejam trocados. É impossível dizer qual delas é a mais grave. Mas a troca da composição dos remédios pode levar certos médicos a matar seus pacientes ao indicarem, a eles, medicamentos cuja alteração desconhecem. De outro lado, é inconcebível que a esterilização de um número tão grande de mulheres brasileiras continue sendo feita de forma criminoso. Igualmente grave foi a denúncia sobre a livre comercialização no Brasil de vários medicamentos que já foram proibidos em outros países porque, comprovadamente, causam efeitos colaterais deletérios sobre os pacientes.

Escandalosa também é a percentagem de partos cesáreos. Mais de cinquenta por

cento dos nascimentos no País terminam em cirurgia. Para alguns estudiosos da questão, esta prática cresceu assustadoramente porque o pagamento dos serviços de parto pelo Estado é maior nas cesarianas. Este é mais um dos tantos procedimentos altamente re-crimeáveis que vêm sendo adotados aqui para contornar o problema das baixas quantias pagas pelo Governo aos prestadores de serviço na área de saúde. Ainda é importante mencionar que milhares de mulheres brasileiras morrem anualmente por falta de acompanhamento durante sua gravidez ou mesmo no momento da concepção. Calcula-se que existam hoje no País cerca de cem mil crianças, com menos de nove anos, que ficaram órfãs em função disso. Os números apresentados durante esta conferência, claramente, configuram um genocídio.

Ano após ano estas macabras estatísticas tornam-se ainda mais terríveis. O Brasil parece incapaz de responder aos dois maiores desafios com que se defronta hoje: a construção de um sistema educacional que atenda a todos e a manutenção de um sistema de saúde digno. A culpa não é só do Estado. Estudos recentes mostram que são muitos os desvios éticos praticados pelos profissionais da saúde. É inegável a mercantilização da medicina no País. O bom atendimento existe só para os que podem pagar. Parte da classe média ainda pode recorrer aos caríssimos planos privados de saúde, embora pague impostos ao Estado. A revisão constitucional será o momento ideal para rever a política do setor, mas é indispensável que as mudanças ocorram desde agora.